

25 JUL 1990

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Juros da dívida só serão pagos em 91

José Varella — 15-3-90

BRASÍLIA — O governo trabalha com duas frentes na área externa: com o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao programa de ajuste brasileiro antes mesmo da assinatura de um acordo formal, e com a impossibilidade de ser concluída a renegociação da dívida externa com os bancos credores este ano. Dessa forma, ficará para 1991 qualquer tipo de pagamento dos juros devidos, que somarão cerca de US\$ 10 bilhões até dezembro. O sinal verde do FMI passa a constituir uma peça fundamental na estratégia da equipe econômica, porque garantirá o ingresso de recursos externos ao país, como os dólares do Fundo Nakazone, e uma negociação mais ágil da dívida junto aos países credores, reunidos no âmbito do Clube de Paris.

Estas foram as premissas traçadas pelo Secretário de Política Econômi-

ca do Ministério da Economia, Antônio Kandir, que espera, no entanto, retomar as negociações com os bancos credores o mais rápido possível. Ele admitiu, inclusive, que os entendimentos com os bancos sejam paralelos às negociações com o FMI.

“Os entendimentos com o FMI não poderão marcar o ritmo das negociações com os bancos, que representam um processo mais complexo”, comentou Kandir. Ele lembrou que, nos contatos com o Subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, e com o diretor-gerente do FMI, Michal Camdessus, ficou clara a disposição negociadora do governo, mas os processos são diferentes. “Não é possível estabelecer vinculações”, insistiu o secretário.

O argumento das autoridades brasileiras é a defesa de uma solução definitiva para a dívida externa.

“Quando um país chega a uma situação pré-hiperinflacionária não têm mais sentido soluções paliativas.” A estratégia, portanto, perseguirá a formalização do acordo com o FMI, a partir da chegada da missão técnica no dia 30. Os técnicos do FMI investigarão cada uma das metas traçadas por Kandir nos contatos prévios em Washington.

A única diferença, agora, é que as contas externas serão fechadas, na contabilização do balanço de pagamentos, sem considerar os US\$ 10 bilhões de juros que não serão pagos aos bancos credores, estendendo até o próximo ano a moratória branca mantida nos últimos 12 meses. “Se não recebemos a receita necessária ao pagamento dos juros, também as despesas não devem ser consideradas no fechamento das contas”, explicou Kandir.